

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

## ANALISTA JUDICIÁRIO – ANALISTA DE SISTEMAS – GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

Tarde

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### **LÍNGUA PORTUGUESA**

##### **Orfeu no Judiciário moderno: eficiência, ética e humanidade na era da Inteligência Artificial**

Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega. Dotado de um talento musical inigualável, sua lira tinha o poder de comover não apenas os seres humanos e os animais, mas também os objetos inanimados e as divindades. A história mais conhecida de Orfeu é a de seu amor incondicional por Eurídice. Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos. Encantando o próprio Hades e Perséfone com sua música, ele recebeu permissão para levar Eurídice de volta, sob a condição de que não olhasse para ela até que alcançassem a luz do dia. Infelizmente, tomado pela dúvida, Orfeu olhou para trás momentos antes de saírem da escuridão, perdendo Eurídice para sempre.

Esta história, rica em simbolismo e emoção, nos fala de amor, perda e as consequências de nossas ações, temas eternos que ressoam até hoje. Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu. O mito, longe de ser uma mera alegoria, nos instiga a refletir sobre o equilíbrio necessário entre os avanços tecnológicos e a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.

A Inteligência Artificial (IA) emergiu como um farol de inovação no horizonte tecnológico, prometendo transformações profundas em diversos setores, inclusive no judiciário. Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.

No núcleo dessa transformação, a IA oferece ao judiciário a possibilidade de processar volumes massivos de dados com uma precisão e velocidade inatingíveis pelo esforço humano isolado. Exemplos práticos disso incluem a triagem automática de processos, análise de precedentes judiciais, e até mesmo na previsão de resultados judiciais com base em dados históricos. Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.

Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, onde a tecnologia tem sido empregada para avaliar a probabilidade de reincidência criminal, auxiliando na determinação de sentenças e medidas cautelares. Da mesma forma, a digitalização e a análise de grandes conjuntos de dados judiciais permitem identificar padrões e tendências, facilitando a gestão de recursos e a priorização de casos.

Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário. Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e *accountability*, fundamentais em um estado de direito.

Para navegar neste cenário complexo, é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras. A IA deve ser desenhada de maneira antropocêntrica, assegurando que suas decisões sejam explicáveis, justas, e que possam ser revisadas por humanos. Além disso, é imperativo garantir a proteção de dados e a privacidade dos indivíduos, salvaguardando os direitos e liberdades fundamentais.

Em síntese, a inteligência artificial detém o potencial de revolucionar o judiciário, promovendo eficiência e justiça. No entanto, para que sua implementação seja bem-sucedida e eticamente responsável, é crucial uma abordagem cuidadosa, que equilibre inovação com respeito aos princípios democráticos e direitos humanos. A era da IA no judiciário não é uma questão de se, mas de como, requerendo uma reflexão contínua e uma adaptação regulatória proativa.

Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais? À medida que o judiciário começa a se aventurar pelo território da Inteligência Artificial (IA), a importância da capacidade humana de julgar se torna ainda mais pronunciada. Os dados podem oferecer *insights* valiosos, mas a justiça transcende a mera análise de informações.

O coração da justiça pulsa ao ritmo da compreensão humana, algo que nenhum algoritmo pode replicar. A capacidade de um juiz de perceber nuances, de se engajar em uma compreensão empática das circunstâncias de cada caso, e de aplicar a lei com um senso de equidade é insubstituível. Os dados, por mais abrangentes que sejam, permanecem frios e distantes da realidade humana complexa que cada processo judicial representa.

A verdadeira sabedoria judicial reside na habilidade de balancear a objetividade dos dados com a subjetividade da experiência humana. Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição. A intuição, a empatia e o discernimento humano devem guiar a interpretação dos dados, assegurando que as decisões judiciais reflitam a justiça em sua forma mais pura.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Conforme avançamos na era das máquinas, a necessidade de aprimorar nossas capacidades humanas se torna ainda mais evidente. Devemos cultivar e valorizar a capacidade de julgar com humanidade, reconhecendo que, em um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia, a essência do ser humano é o que nos distingue. O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.

Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro. Enquanto abraçamos as ferramentas que a IA nos oferece, devemos também aprofundar nosso compromisso com as qualidades que nos tornam humanos. No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana, assegurando que a tecnologia sirva como um complemento à, e não um substituto para, a sabedoria e a sensibilidade humanas.

A adaptação do mito de Orfeu para discutir os riscos do mau uso da IA no judiciário pode se tornar uma narrativa poderosa, simbolizando a busca por justiça através da tecnologia, mas também os perigos de confiar cegamente nela.

No conto adaptado, Orfeu, um juiz renomado conhecido por sua sabedoria e justiça, enfrenta o desafio de seu tempo: a implementação da Inteligência Artificial no judiciário. Encantado com a promessa de eficiência e precisão sem precedentes, Orfeu torna-se um defensor fervoroso da IA acreditando que ela pode eliminar os erros humanos e trazer uma era de decisões judiciais infalíveis.

A IA, nesse contexto, é como a lira mágica de Orfeu, uma ferramenta de poder incomparável, capaz de “encantar” e influenciar todos que a ouvem – neste caso, produzindo resultados judiciais que são tecnicamente perfeitos. Porém, assim como na história original, há uma condição: Orfeu não deve “olhar para trás”, ou seja, não deve duvidar da infalibilidade da IA ou questionar profundamente suas decisões.

No clímax da história, Orfeu se depara com um caso complexo, em que a justiça técnica sugerida pela IA entra em conflito com sua intuição e compreensão humanas. Movido pela memória de sua antiga confiança na sabedoria humana, Orfeu decide “olhar para trás”. Ele questiona a decisão da IA, investigando mais profundamente e descobrindo que a solução sugerida pelo algoritmo falha em capturar a complexidade humana e a justiça verdadeira.

Essa revelação leva Orfeu a uma profunda reflexão sobre os riscos de depender inteiramente da IA no judiciário. Ele reconhece que, apesar de suas promessas, a tecnologia não pode substituir o discernimento humano, especialmente em questões de justiça, onde nuances e contextos importam tanto quanto fatos e leis.

A história termina com Orfeu defendendo um equilíbrio entre a tecnologia e a sabedoria humana. Ele advoga por um sistema judiciário onde a IA é usada como uma ferramenta para auxiliar, mas não para substituir o julgamento humano, destacando a importância da empatia, da ética e da compreensão profunda da condição humana na busca pela verdadeira justiça.

Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.

Na jornada para integrar a Inteligência Artificial (IA) no judiciário, encontramos um paralelo profundo com o mito de Orfeu, especialmente na narrativa de sua morte às mãos das ménades. Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário. No entanto, a história nos lembra da importância de equilibrar nossa fé na tecnologia com o reconhecimento de nossas próprias limitações e da complexidade inerente às questões de justiça.

O desfecho de Orfeu nos adverte sobre os perigos de uma dependência excessiva em sistemas que podem, inadvertidamente, encorajar o irracional ou o injusto, por meio de vieses e erros não intencionais. A busca por eficiência não pode nos cegar para a necessidade de manter a sensibilidade humana e a compreensão ética no coração do processo judicial. Deve haver um espaço para o questionamento, para a compaixão e para o discernimento que só a mente e o coração humanos podem oferecer.

Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana. Devemos aprender com o mito de Orfeu e buscar um equilíbrio, garantindo que a tecnologia nos sirva, em vez de nos dominar. Isso significa abraçar a IA como um complemento à justiça humana, não como seu substituto, e garantir que os sistemas de IA sejam desenvolvidos e utilizados com uma consciência profunda de suas limitações e impactos potenciais. Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.

*(Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos. Em: maio de 2024.)*

## Questão 01

**Pela leitura do texto, é correto afirmar que o autor:**

- A) Considera ilegítimo o uso da inteligência artificial no auxílio de questões jurídicas.
- B) Promove o uso da inteligência artificial no meio jurídico inerente à percepção humana.
- C) Julga a inteligência artificial como aliada às decisões humanas; contudo, está sujeita a cometer erros propositais.
- D) Reconhece a eficiência da tecnologia a partir da inteligência artificial; no entanto, a sabedoria do ser humano deve prevalecer.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Questão 02

Compreender os significados das palavras em determinados contextos é fundamental para o entendimento da mensagem. Assim, assinale a alternativa cuja palavra sublinhada apresenta o significado correto conforme o contexto empregado.

- A) “Em suma, na confluência entre o progresso tecnológico e a prática jurídica, a humanidade deve permanecer no centro.” (13º§) – divergência
- B) “Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§) – transparência
- C) “Um exemplo emblemático dessa maximização de resultados é o uso de sistemas de IA para a análise preditiva em cortes dos Estados Unidos e da Europa, [...]” (5º§) – improvável
- D) “[...] é essencial que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias de IA no judiciário sejam guiados por princípios éticos robustos e regulamentações claras.” (7º§) – consistentes

## Questão 03

A coesão textual é responsável pela conexão entre as palavras de um texto. Um dos tipos de coesão é a sequencial que tem o intuito de articular as ideias expostas pelo autor. Assinale a alternativa cujo elemento coesivo sublinhado introduz uma informação que se OPÕE à anterior.

- A) “Essas aplicações não apenas economizam tempo valioso mas também promovem uma uniformidade nas decisões judiciais, potencializando a justiça e a previsibilidade legal.” (4º§)
- B) “Esta promessa abrange desde a otimização dos processos judiciais até a tomada de decisões mais ágeis e fundamentadas. Contudo, sua adoção traz consigo um conjunto de reflexões éticas e desafios regulatórios significativos.” (3º§)
- C) “Assim, a adaptação moderna do conto de Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível e deve sempre guiar o uso da tecnologia.” (21º§)
- D) “Questões cruciais incluem o risco de viés algorítmico, onde preconceitos existentes nos dados de treinamento podem levar a decisões judiciais discriminatórias, reforçando desigualdades. Além disso, a opacidade de certos algoritmos pode desafiar princípios de transparência e accountability, fundamentais em um estado de direito.” (6º§)

## Questão 04

Tendo como base as regras quanto ao uso da vírgula, assinale a alternativa em que esse sinal de pontuação é facultativo.

- A) “No judiciário, isso significa honrar a complexidade da experiência humana [...]” (13º§)
- B) “Orfeu, filho da musa Calíope e do rei Eagro da Trácia, é uma das figuras mais cativantes da mitologia grega.” (1º§)
- C) “Entretanto, o entusiasmo pela eficiência não deve obscurecer os riscos inerentes à implementação da IA no sistema judiciário.” (6º§)
- D) “Ao explorar a adaptação deste mito para discutir os riscos e potenciais da inteligência artificial no judiciário, invocamos a mesma profundidade de sensibilidade humana e ética que define a jornada de Orfeu.” (2º§)

## Questão 05

“Este desfecho simboliza o eterno conflito entre o racional e o irracional, a ordem e o caos, refletindo a dualidade da condição humana que se manifesta no coração da justiça. Assim como Orfeu, que buscava harmonizar o mundo com sua música, nós buscamos na IA uma forma de trazer ordem e eficiência ao judiciário.” (22º§) Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta das orações sublinhadas.

- A) Oração subordinada adjetiva restritiva e oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva predicativa.
- C) Oração subordinada substantiva objetiva direta e oração subordinada adjetiva explicativa.
- D) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração subordinada substantiva completiva nominal.

## Questão 06

O acento grave indicativo de crase está corretamente empregado em “[...] a essência imutável da condição humana, especialmente no que diz respeito à justiça e à moralidade.” (2º§). Assinale a alternativa em que o uso do acento grave indicador de crase está INCORRETO.

- A) A audiência ocorrerá às dezoito horas.
- B) O escritório fica à direita da praça principal.
- C) O advogado dirigiu-se calmamente ao público e começou a falar.
- D) O juiz referiu-se àqueles que precisam ser instruídos quanto ao uso das novas tecnologias.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Questão 07

Em relação aos verbos, os pronomes sublinhados a seguir estão enclíticos. Assinale a alternativa em que a justificativa para o uso da ênclise se DIFERE das demais.

- A) “Após a morte prematura de sua amada, Orfeu desceu ao Hades, o reino dos mortos, com a esperança de trazê-la de volta ao mundo dos vivos.” (1º§)
- B) “[...] Orfeu oferece uma alegoria rica para os riscos do mau uso da IA no judiciário, lembrando-nos de que, na busca por justiça, a sabedoria humana é insubstituível [...]” (20º§)
- C) “Os juízes são chamados a não se deixarem influenciar cegamente por previsões algorítmicas, mas sim a considerá-las como uma das muitas ferramentas à sua disposição.” (11º§)
- D) “O desafio que se apresenta não é simplesmente o de integrar a IA no sistema judicial, mas sim o de fazê-lo de maneira que amplifique, e não substitua, a sensibilidade e a flexibilidade humanas.” (12º§)

## Questão 08

“Concluimos, portanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, mas não é um substituto para a sabedoria humana.” (24º§) A reescrita do trecho anterior mantém o mesmo sentido em:

- A) “Concluimos, no entanto, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, por isso não é um substituto para a sabedoria humana.”
- B) “Concluimos, com isso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, logo não é um substituto para a sabedoria humana.”
- C) “Concluimos, além disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, embora não é um substituto para a sabedoria humana.”
- D) “Concluimos, diante disso, que a IA no judiciário, assim como a lira de Orfeu, é uma ferramenta poderosa, todavia, não é um substituto para a sabedoria humana.”

## Questão 09

Observe a concordância nominal no trecho sublinhado em: “Na fronteira entre a revolução digital e a tradição jurídica, emerge uma questão fundamental: qual é o lugar da sensibilidade e da flexibilidade humanas na tomada de decisões judiciais?” (9º§) Assinale a alternativa cuja concordância nominal está correta.

- A) O gosto do homem era peculiar: apreciava filme e pintura italiano.
- B) Presenciamos desespero e angústia satisfatório durante o depoimento.
- C) As jovens preferem blusas rosas enquanto as senhoras gostam das neutras.
- D) Sensatez é necessário em relação ao uso da inteligência artificial nas questões jurídicas.

## Questão 10

Sobre a flexão do verbo sublinhado em “Somente assim poderemos evitar o destino de Orfeu e caminhar em direção a um futuro onde a tecnologia e a humanidade coexistam em harmonia, promovendo uma justiça verdadeiramente justa e equitativa.” (24º§), assinale a alternativa correta.

- A) Presente do indicativo, pois expressa fato certo.
- B) Futuro do presente e indica uma ação que ainda acontecerá.
- C) Presente do subjuntivo e indica uma ação possível de acontecer.
- D) Futuro do subjuntivo, visto que indica uma ação que depende de outra para acontecer.

## NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

### Questão 11

O conflito é caracterizado pelo uso do poder em situações de confronto, emergindo de disputas entre interesses contraditórios em choque. Ademais, o conflito é entendido como um processo contínuo, que demanda tempo para se desenvolver, não se restringindo a um evento pontual que ocorre e desaparece instantaneamente. A gestão do conflito, por sua vez, envolve a administração das divergências e possui diferentes estilos e técnicas.

(CHIAVENATO, I. *Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações*. 4 ed. São Paulo: Altas, 2022.)

Com base nos estilos de gestão de conflitos, considere o trecho a seguir: “O estilo de \_\_\_\_\_ é apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças, ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) abstenção
- B) competição
- C) transigência
- D) acomodação

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Questão 12

O federalismo brasileiro é cooperativo, visto que a divisão de competências não é rígida, havendo competências comuns e concorrentes entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

**Considerando as competências de cada um dos entes da federação presentes na Constituição Federal de 1988, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) Compete aos Municípios planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações.
- ( ) É competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- ( ) Compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- ( ) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; e a proteção à infância e à juventude.
- ( ) É competência dos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

**A sequência correta está em**

- A) V, V, F, V, F.
- B) V, F, V, F, V.
- C) F, V, F, V, V.
- D) F, F, V, F, F.

## Questão 13

**A gestão de projetos vem ganhando notoriedade ao longo dos anos, principalmente no setor público. O Guia PMBOK tem como objetivo formalizar diversos conceitos em gerenciamento de projetos e busca apresentar um conjunto de conhecimentos amplamente reconhecidos como boa prática, aplicáveis à maioria dos projetos na maior parte do tempo. Dentre os conhecimentos abordados, um dos principais elementos ao conduzir um projeto é o Termo de Abertura do Projeto, que tem como uma de suas entradas a Especificação do Trabalho do Projeto (ETP). Com base nos elementos que a ETP deve informar, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Descrição do escopo do produto, que documenta as características do produto, serviço ou resultados que o projeto deverá criar.
- B) Plano estratégico, que documenta a visão estratégica, as metas e os objetivos da organização e podem conter uma especificação de missão de alto nível.
- C) Plano de gerenciamento de riscos, que descreve como as atividades de gerenciamento dos riscos serão estruturadas e executadas para minimizar problemas na condução do projeto.
- D) Necessidade de negócios, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental, ou uma consideração ambiental.

## Questão 14

A comunicação é um processo de transmissão de informações de uma pessoa para outra; de um grupo para outro; de um órgão para outro etc. Para que haja eficiência na comunicação é fundamental que o destinatário da informação a receba e seja capaz de compreendê-la.

(PALUDO, A. *Administração pública*. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.)

**Sobre a comunicação pública e governamental, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

- ( ) A comunicação pública compreende a comunicação praticada pelos entes públicos, através de canais oficiais e portais governamentais, envolvendo apenas o governo e seus órgãos, na garantia do interesse público.
- ( ) No aspecto social, a comunicação pública busca aproximar setores diferentes da sociedade, conscientizar e educar a população sobre seus direitos e deveres, e sobre a importância de sua participação no meio público.
- ( ) A gestão da comunicação governamental deve contemplar e priorizar tanto as informações de qualidade quanto a facilidade de acesso a essas informações.
- ( ) A comunicação governamental é mais ampla do que a comunicação pública, envolvendo também a comunicação com entidades paraestatais e não governamentais, e a sociedade em geral.

**A sequência correta está em**

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

## Questão 15

Antonela foi nomeada como servidora pública no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em seu primeiro dia, durante o processo de socialização, seu superior recomendou que ela se familiarizasse com os princípios éticos e normas de conduta gerais aplicáveis aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Tendo em vista os elementos normativos relacionados aos princípios éticos e de conduta, assinale a afirmativa correta.

- A) O servidor poderá participar de atos que se contraponham ao interesse do Poder Judiciário, desde que não causem dano ou prejuízo financeiro ou moral à Instituição, garantindo o princípio da livre iniciativa.
- B) Recursos, bens patrimoniais, espaço e imagem do Poder Judiciário poderão, nos casos de garantia do interesse público e dos princípios da legalidade e eficiência, ser usados para atender a interesses sindicais.
- C) As pessoas devem ser informadas sobre a coleta e o processamento de seus dados pessoais para o desempenho das atividades institucionais, permitindo-lhes tomar decisões informadas e exercer seus direitos.
- D) É direito do servidor obter das unidades administrativas e judiciais informações precisas e corretas, até mesmo informações amparadas pelo sigilo, nos termos da lei e regulamentos aplicáveis, para o exercício regular de sua função.

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

### Questão 16

A Balaiada foi um movimento que se estendeu por quase toda a província do Piauí, tanto no que se refere aos balaios quanto às forças da repressão, envolvendo quase a totalidade de seus municípios [...]. Os conflitos de terra primeiro ocorreram entre a população nativa e os sesmeiros, depois entre posseiros e sesmeiros. Em 1697 existiam mais de 100 fazendas de gado no Piauí e em 1762 elas superavam a 500, espalhadas por toda a capitania, margeando os principais rios e interior das matas, ocupados pelos rebeldes balaios, ou seja, vaqueiros, artesãos, lavradores, pequenos fazendeiros, escravos, índios, mestiços e caboclos. Os setores populares participaram da Balaiada no Piauí e se uniram aos balaios do Maranhão.

*(Balaiada: a guerrilha sertaneja. DIAS, Claudete Maria Miranda. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, V.3, nº 2, p. 73-88, nov/1995 a jun/1996.)*

Embora não propusesse mudanças estruturais da sociedade, o movimento da Balaiada ocorreu no Maranhão e no Piauí. Sobre esse movimento, assinale a afirmativa correta.

- A) As condições de vida da população piauiense eram melhores, enquanto no Maranhão, o estopim do movimento era a fome generalizada.
- B) Apesar das reivindicações serem idênticas, tanto no Piauí quanto no Maranhão só os maranhenses vieram a sofrer algum tipo de repressão.
- C) Embora a área geográfica das províncias tivesse as mesmas características, no caso do Piauí, pela ausência de rios, a insatisfação eram as secas.
- D) No movimento no Piauí a ditadura do Barão da Parnaíba era uma das principais causas, enquanto no Maranhão era o fato de os presidentes serem substituídos à revelia.

### Questão 17

Possuidor de uma das menores rendas fiscais do país, faltava ao Maranhão um produto para o qual o setor econômico voltasse os olhos, como o algodão que outrora dera considerável impulso na economia maranhense. [...] basta lembrar aqui que aquela, nossa capital, que fora das primeiras cidades, em todo o país, a servir-se de iluminação a gás e de transporte urbano a tração animal, seria das últimas, dentre as nossas metrópoles estaduais e cidades maiores, a poder substituir esses serviços de utilidade pública, quando caíram em desuso, pelos de iluminação e tração elétricas.

*(MEIRELES, Mário Martins. História do Maranhão. 2 ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.)*

A modernização no Maranhão a partir do contexto anteriormente citado tem como sua mola propulsora:

- A) A cultura do café, que chegou a disputar com pequena margem de diferença, com a produção do oeste paulista.
- B) A revitalização das plantações de drogas do sertão, durante todo o tempo, o sustentáculo da economia do estado.
- C) O plantio e o beneficiamento da seringueira, aproveitando o surto industrial de substituição das importações pelo qual passava o país.
- D) Instalação de fábricas, sobretudo têxteis ou de fiação que chamaram a atenção da população do interior do estado para a capital (São Luís).

## Questão 18

Na segunda metade do século XX, a economia maranhense mantinha suas características de inserção periférica na ordem capitalista vigente. Um dos principais motivos foi a estrutura fundiária, que era voltada para o estabelecimento de grandes latifúndios, típicos do processo oligárquico sedimentado no Maranhão. Neste contexto, estava a estrutura produtiva baseada na pequena lavoura desenvolvida por posseiros, através de culturas de subsistência, especialmente arroz, feijão, mandioca e milho. O babaçu também era uma atividade importante, sendo hoje considerado a terceira maior força produtiva do Maranhão, atrás da pecuária e da agricultura. Especificamente sobre o babaçu, assinale a afirmativa correta.

- A) Tinha sua produção e comercialização baseada, principalmente, na coleta e na quebra do coco de forma artesanal.
- B) Distribuía toda a sua produção para o autoconsumo, pois o uso desse produto não era conhecido nos demais lugares.
- C) Passou por intensa modernização no manejo de suas plantas produtoras de óleo de babaçu, impulsionada pelo financiamento estrangeiro.
- D) Foi desprezado pelo empresariado na época, que não soube aproveitar uma situação que lhe era favorável, e perdeu a vez para as grandes multinacionais.

## Questão 19

Observe a representação a seguir de uma importante bacia hidrográfica maranhense:



(Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br>. Acesso em: 10/05/2024.)

A respeito dessa importante bacia hidrográfica maranhense, é INCORRETO afirmar que:

- A) Esta bacia ocupa uma região de clima subúmido, com índices pluviométricos anuais que oscilam entre 1.400 a 1.650 mm.
- B) No seu baixo curso, são desenvolvidas atividades geoturísticas geradoras de emprego e renda para as populações locais.
- C) Na bacia são encontrados cultivos de mandioca, coco e caju; recentemente, observa-se a expansão da monocultura de soja.
- D) Esta bacia caracteriza-se pela forte presença de *inselbergs* e importantes cachoeiras, utilizadas para geração de hidreletricidade.

## Questão 20

A expansão da cultura do eucalipto no Maranhão, especificamente na porção Amazônica, resulta de processos iniciados nos anos 1980 e representa um padrão de reprodução de capital fincado na economia de fronteira.

(OLIVEIRA; PAZ; PEREIRA, 2021, p. 219.)

A respeito da expansão a silvicultura no estado do Maranhão, é correto afirmar que:

- A) O eucalipto é uma espécie vegetal brasileira característica de áreas com clima quente e úmido, o que justifica o incentivo à sua rápida expansão na porção ocidental do estado do Maranhão.
- B) A queda da produção de ferro-gusa no Maranhão, a partir de meados da década de 2010, gerou uma redução expressiva da área plantada de eucalipto, especialmente na microrregião de Imperatriz.
- C) A partir da segunda metade do século XX, no Maranhão, a expansão da produção de *commodities*, em especial soja e eucalipto, se deu devido à migração de trabalhadores e camponeses sem terra.
- D) O carvão vegetal derivado do eucalipto é a principal fonte de energia para produção de ferro-gusa pelo setor minero-metalúrgico que se instalou nas cidades de São Luís, Açailândia e Pindaré-Mirim.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

#### Questão 21

**Nos termos da Lei Complementar nº 14/1991, a qual dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, pode-se afirmar que:**

- A) As Comarcas, divididas em três entrâncias: inicial, intermediária e final, serão classificadas pelo Tribunal de Justiça, por maioria simples de seus membros.
- B) Na Comarca da Ilha de São Luís haverá uma Vara Agrária, com competência em todo o Estado, para dirimir conflitos fundiários que envolvam litígios coletivos.
- C) Nos casos de falta ou impedimento dos titulares da Comarca, sua competência será prorrogada, quanto a todos os feitos, ao juiz de direito designado pelo Presidente do Tribunal Justiça.
- D) A Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados será composta de dois magistrados de entrância final, os quais decidirão e assinarão, em conjunto, todos os atos judiciais decisórios de competência da unidade, inadmitida referência a voto divergente.

#### Questão 22

**De acordo com o Estatuto do Servidor Público Estadual, Lei nº 6.107/1994, em relação às disposições sobre as hipóteses de afastamento e de concessão de licença remunerada, é correto afirmar que:**

- A) Poderá ser autorizado o afastamento, de até duas horas diárias, à servidora mãe de excepcional, desde que devidamente comprovada esta condição.
- B) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção serão concedidos cento e cinquenta dias de licença remunerada, a partir da adoção ou concessão da guarda, independentemente da idade da criança.
- C) Considera-se como de efetivo exercício o afastamento em virtude de licença concedida para participação em competição desportiva nacional ou internacional ou convocação para integrar representação desportiva estadual ou nacional, conforme disposto em regulamento.
- D) Poderá ser autorizado o afastamento de até uma hora diária ao servidor que frequente curso regular de 1º e 2º graus ou de ensino superior, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão ou entidade, sem prejuízo do exercício do cargo.

#### Questão 23

**A Lei nº 12.193/2023 dispõe sobre as custas judiciais incidentes sobre os serviços públicos de natureza forense. Com base nas disposições dessa Lei, e no que diz respeito às custas finais, assinale a afirmativa correta.**

- A) Nos feitos que tramitaram com isenção, para efeito de custas finais, serão computadas as custas processuais, taxa judiciária, distribuição e uma diligência de oficial de justiça.
- B) Existindo custas processuais finais a recolher, de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00, o secretário judicial lançará os dados da dívida em sistema informatizado do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), providenciando a baixa e o arquivamento do processo.
- C) A leitura dos documentos será considerada automaticamente realizada se decorridos cinco dias sem a efetiva leitura, contados da data do envio do documento, não sendo possível alegar desconhecimento do conteúdo da comunicação enviada.
- D) Frustrada a cobrança administrativa, o Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) encaminhará a Certidão de Débito, com todos os requisitos exigidos pela legislação tributária à Secretaria de Estado da Fazenda para a devida inscrição na dívida ativa do Estado, acrescida atualização monetária, juros e multa de 30%.

#### Questão 24

**De acordo com a Lei nº 12.193/2023, que trata das custas judiciais e serviços públicos de natureza forense, assinale a afirmativa correta.**

- A) A competência para conhecer a reclamação contra servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça é do Corregedor- Geral da Justiça do Tribunal.
- B) Registrada a reclamação como Pedido de Providências, será determinada a notificação do reclamado para, no prazo de quinze dias, apresentar sua defesa e as provas que julgar necessárias.
- C) Das decisões das reclamações e do processo administrativo disciplinar e da imposição de penas caberá recurso ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ).
- D) Registrada a reclamação contra cobrança de custas processuais indevidas ou excessivas, a decisão judicial será proferida no mesmo prazo de defesa. Não sendo decidido neste prazo, a parte poderá reclamar diretamente ao corregedor geral da Justiça.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Questão 25

De acordo com a Lei nº 9.109/2009, que trata da regulamentação das custas judiciais e emolumentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em produto agropecuário, converter-se-á o total do produto para moeda corrente nacional, obedecendo-se a cotação de mercado do dia da prática do ato.
- II. São isentos do pagamento de emolumentos os registros de títulos de domínio de imóveis rurais em processo de desapropriação para fins de reforma agrária.
- III. Para o cálculo de emolumentos por atos praticados por notários e registradores que envolvam documentos cujo valor esteja expresso em moeda estrangeira, converter-se-á o total em moeda corrente nacional, obedecido o câmbio de compra do dia do pagamento.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

## Questão 26

Na forma regrada pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 14, de 17 de fevereiro de 2021), e tendo em vista as alterações promovidas pela Resolução-GP nº 08, de 02 de fevereiro de 2023, é correto afirmar sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, EXCETO:

- A) Tem competência originária para processar e julgar o vice-governador, nas infrações penais comuns.
- B) Será composto pelos dez desembargadores mais antigos no Tribunal e por dez desembargadores eleitos dentre os demais, observando-se que o presidente do Tribunal, o primeiro vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça serão membros natos do Órgão Especial.
- C) Tem como atribuição propor ao Poder Legislativo alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, bem como aumento ou diminuição do número de desembargadores e criação, alteração e extinção de comarcas, varas, juizados especiais, serventias extrajudiciais e cargos de juizes de direito e serventuários extrajudiciais.
- D) Reunir-se-á com, no mínimo, dez desembargadores, além do seu presidente, quando não exigido quórum qualificado para deliberação. Quando exigido quórum qualificado para deliberação, o Órgão Especial não se reunirá sem a presença de quinze desembargadores, incluídos os suplentes e excluído o presidente, verificando-se o quórum no início do julgamento e impedindo-se aos desembargadores presentes deixar o julgamento, salvo motivo de força maior.

## Questão 27

Tendo em foco os Juizados Especiais do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ficam incluídas na competência das Turmas Recursais Cíveis e Criminais as demandas processadas e julgadas pelos juizes investidos na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, enquanto estes não forem criados e instalados.
- B) As atividades dos juizes leigos e conciliadores, exercidas voluntariamente por não servidores do Poder Judiciário, serão consideradas serviço público relevante, não importando em vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, mas constituindo títulos em concurso para provimento de cargos do Poder Judiciário.
- C) Na execução serão cotadas custas, mas o seu pagamento ocorrerá apenas se reconhecida a litigância de má-fé, se julgados improcedentes os embargos do devedor ou se tratar de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso não provido do devedor, sendo que, nesta última hipótese, as custas devem integrar, desde o início, o cálculo do débito em execução.
- D) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo estão compreendidas na competência do Juizado Especial Cível para conciliação, processo e julgamento, sendo consideradas de menor complexidade. No entanto, a opção pelo procedimento da Lei Federal nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, importará renúncia ao crédito que exceder ao limite de quarenta vezes o salário mínimo, inclusive na hipótese de conciliação.

## Questão 28

A remuneração dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelo vencimento básico, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ). Sobre a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ), é correto afirmar que:

- A) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) é composta de 30% sobre o vencimento do cargo efetivo.
- B) É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.
- C) A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho telepresencial de sete horas diárias e à execução de atividades diferenciadas de suas funções.
- D) A Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) compõe-se de valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo efetivo, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

# CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

## Questão 29

Joyce logrou êxito na aprovação para o cargo efetivo de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Considerando a nomeação, o compromisso, a posse e o exercício da servidora, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela tomará posse em seu cargo dentro de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação no Diário da Justiça, podendo esse prazo ser prorrogado, por mais trinta dias, pelo presidente do Tribunal.
- II. A servidora nomeada para o Tribunal de Justiça prestará compromisso e tomará posse perante o presidente do Tribunal de Justiça.
- III. Joyce, servidora efetiva, terá quinze dias improrrogáveis para o início do exercício, contados da publicação do ato de nomeação.
- IV. Não respeitados os prazos preconizados, a servidora será exonerada se após nomeada não tomar posse.
- V. Todos os direitos e deveres da servidora do Poder Judiciário só serão considerados a partir da data do exercício.

Considerando o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I e V, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e V, apenas.

## Questão 30

O regime disciplinar dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão engloba deveres, proibições, acumulação, responsabilidades e penalidades que funcionam como requisitos para o bom desempenho dos encargos e regula o funcionamento dos serviços públicos. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1996), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os servidores do Poder Judiciário residirão, obrigatoriamente, nos municípios de suas lotações, salvo autorização do Tribunal de Justiça.
- B) Os servidores do Poder Judiciário estão sujeitos às seguintes penas disciplinares: advertência, repreensão, suspensão e demissão.
- C) Os servidores nomeados em comissão ou em exercício de função gratificada que sofrerem pena de suspensão superior a trinta dias serão demitidos de seu cargo ou destituídos de sua função.
- D) É vedado aos servidores do Poder Judiciário o exercício de suas funções em atos que envolvam interesses próprios ou de seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até quarto grau, inclusive nos casos de suspeição.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

### Questão 31

Sobre computadores, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um computador é constituído basicamente por um processador, memória e periféricos. Quando o processador quer armazenar dados para posteriormente os ler, usa a memória; quando quer trocar dados com o mundo exterior, usa os periféricos.
- II. O processador é capaz de realizar ciclos de leitura de instrução, leitura de dados, execução de instrução, armazenamento de dados e repetição desse ciclo para a instrução seguinte milhares de milhões de vezes por segundo.
- III. As memórias que auxiliam o processador são memórias voláteis e de capacidade bastante limitada, fazendo com que precisem da memória principal, como o HD (Hard Disk), para guardar dados e instruções de forma permanente e com capacidade de armazenamento muito superior.
- IV. A unidade lógica e aritmética é responsável por ler e interpretar as instruções lidas da memória de instruções, coordenar as leituras e escritas na memória de dados, coordenar a comunicação com o mundo exterior através dos periféricos etc.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

### Questão 32

Considerando o número binário 1011011101, determine o valor hexadecimal e octal desse número, destacando o processo de conversão passo a passo.

- A) Hexadecimal: 1BD, Octal: 553.
- B) Hexadecimal: 176, Octal: 1353.
- C) Hexadecimal: 2DD, Octal: 1335.
- D) Hexadecimal: 1DD, Octal: 1354.

## Questão 33

Qual é a estrutura de dados mais adequada para implementar a funcionalidade de verificação em tempo real da disponibilidade de produtos em um sistema de gerenciamento de estoque de produtos de informática adquiridos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão?

- A) Fila.
- B) Pilha.
- C) Lista.
- D) Tabela *Hash*.

## Questão 34

Considerando o objetivo dos índices *bitmap* em estruturas de dados e como eles podem ser utilizados para otimizar operações de inserção e ordenação, assinale a afirmativa correta.

- A) Armazenar valores únicos em uma estrutura de dados, facilitando a busca e a ordenação dos elementos.
- B) Codificar informações de texto em formato binário, tornando mais rápida a busca por palavras-chave específicas.
- C) Criar representações compactas de conjuntos de dados, permitindo operações de inserção e ordenação de forma eficiente.
- D) Exclusivamente destinados à ordenação de dados numéricos em estruturas de árvore, otimizando a busca por elementos em tempo constante.

## Questão 35

Considerando uma tabela *Hash* com uma boa função de *Hash* e carga balanceada, qual é a complexidade de tempo médio para a operação de busca?

- A)  $O(1)$ .
- B)  $O(n)$ .
- C)  $O(\log n)$ .
- D)  $O(n \log n)$ .

## Questão 36

O *COBIT 2019* é a mais recente versão do renomado *framework* de governança e gestão de TI, desenvolvido pela *ISACA* (*Information Systems Audit and Control Association*). Esse *framework* estabelece diretrizes e práticas recomendadas para ajudar as organizações a alcançarem seus objetivos de governança e gestão de TI, garantindo a entrega de valor, gerenciamento de riscos e otimização de recursos. Uma das áreas-chave do *COBIT 2019* é o domínio APO – Alinhar, Planejar e Organizar. Trata-se do principal objetivo do domínio APO – Alinhar, Planejar e Organizar no *framework COBIT 2019*:

- A) Avaliar e gerenciar os riscos associados aos processos de negócio e às iniciativas de TI.
- B) Fornecer orientação sobre como definir estratégias de TI alinhadas aos objetivos de negócio.
- C) Estabelecer controles eficazes para garantir a segurança da informação e a conformidade regulatória.
- D) Garantir que os recursos de TI sejam adequadamente utilizados para otimizar o desempenho operacional e para atender aos planos táticos e estratégicos.

## Questão 37

A *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)* é um conjunto de boas práticas para o gerenciamento de serviços de tecnologia da informação (TI). Desenvolvida inicialmente pela Agência Central de Computação e Telecomunicações (CCTA) do Reino Unido na década de 1980, a ITIL visa estabelecer padrões de segurança e confiabilidade na gestão de processos de TI, garantindo uma experiência positiva para os usuários. Ao longo dos anos, a ITIL passou por diversas atualizações para acompanhar as mudanças no ambiente digital e nas demandas das organizações. A versão mais recente – a ITIL 4, foi lançada em fevereiro de 2019. Uma das principais mudanças introduzidas pelo ITIL 4 é o Sistema de Valor de Serviço (SVS). O SVS é um conjunto de componentes e atividades de uma empresa que possibilita a criação de valor. Os componentes do Sistema de Valor de Serviço (SVS) do *framework ITIL 4* são:

- A) Cadeia de valor de serviço, governança e melhoria contínua.
- B) Cadeia de valor de serviço, governança e parceiros e fornecedores.
- C) Cadeia de valor de serviço, gerenciamento de estratégia e governança.
- D) Gerenciamento de segurança da informação, gerenciamento de fornecedor e melhoria contínua.

## Questão 38

Considere o seguinte trecho de código HTML e CSS:

```
<!DOCTYPE html>
<html lang="pt-br">
<head>
  <meta charset="UTF-8">
  <meta name="viewport" content="width=device-width, initial-scale=1.0">
  <title>Questão</title>
  <style>
    .container {
      width: 80%;
      margin: 0 auto;
    }
    .text {
      font-size: 20px;
      color: blue;
      text-align: center;
    }
    .text:hover {
      color: red;
    }
  </style>
</head>
<body>
  <div class="container">
    <p class="text">Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão</p>
  </div>
</body>
</html>
```

Com base no código apresentado anteriormente, quando o cursor do *mouse* passa por cima do texto “Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão”, o texto:

- A) Fica sublinhado.
- B) Permanece na cor azul.
- C) Muda para a cor vermelha.
- D) Muda de tamanho para 20px.

## Questão 39

Método de gestão de projetos é um conjunto de princípios e ferramentas para gerenciar o ciclo de vida do projeto no nível operacional. Há vários métodos de gestão de projetos e cada um deles possui variações. O guia ou referencial de gestão de projetos é o manual do usuário, que conduz o processo de planejar, executar, controlar e encerrar o ciclo de vida do projeto; o *PMBOK* é um exemplo de guia. Sobre a gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O guia do *PMBOK* é o mais conhecido guia dos métodos preditivos.
- II. O *Scrum* é um método ágil de gestão de projetos que se concentra na entrega iterativa e incremental de produtos.
- III. As metodologias ágeis incluem abordagens como *Kanban*, *Extreme Programming (XP)*, *Waterfall* e *Lean Software Development*. Todas essas metodologias compartilham princípios comuns, como a entrega incremental e iterativa de valor, a colaboração próxima com o cliente e a capacidade de resposta rápida a mudanças.
- IV. O *PMBOK* 6ª edição se concentra principalmente nas tarefas técnicas do gerenciamento de projetos, reduzindo a necessidade de colaboração contínua com as partes interessadas, que é feita no início e no final do projeto.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

## Questão 40

Qual dos seguintes métodos é mais apropriado para medir a funcionalidade de um *software*, considerando fatores como número de entradas, saídas, consultas e arquivos lógicos?

- A) Análise de Pontos de Função (APF).
- B) Análise de Impacto de Mudanças (AIM).
- C) Análise de Ponto de Caso de Uso (APCU).
- D) Processo de Avaliação Não Funcional de *Software* (SNAP).

## Questão 41

O *Business Process Management* (BPM) ou Gerenciamento de Processos de Negócio usa uma abordagem que identifica, desenha, executa, documenta, mede, monitora, controla e melhora os processos de negócio, sejam automatizados ou não, alcançando resultados pretendidos, consistentes e alinhados com as metas estratégicas da organização. Sobre o BPM, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Inclui modelagem, análise, desenho e medição de processos de negócio de uma organização.
- B) Aborda um trabalho ponta a ponta e diferencia entre conjuntos de subprocessos, tarefas, atividades e funções.
- C) É um conjunto contínuo, em curso, de processos com o foco no gerenciamento de processos de negócio ponta a ponta nas organizações.
- D) É uma disciplina de gerenciamento e um conjunto de tecnologias habilitadoras; não introduz novos papéis, mas as responsabilidades são da alta gestão.

## Questão 42

“Esses processos são ponta a ponta, interfuncionais e entregam valor aos clientes. São frequentemente chamados de processos essenciais, pois representam as atividades essenciais que uma organização desempenha para cumprir sua missão.” As informações se referem aos processos

- A) primários.
- B) de suporte.
- C) de exceção.
- D) de gerenciamento.

## Questão 43

No gerenciamento de redes, o SNMP é o protocolo padrão para essa finalidade. Significa *Simple Network Management Protocol* ou Protocolo Simples de Gerenciamento de Redes. Com o SNMP, é possível saber o que está acontecendo dentro de ativos de redes e serviços. Duas arquiteturas clássicas de gerenciamento de redes são: a arquitetura OSI de gerenciamento e a arquitetura baseada no modelo SNMP, que deriva dos padrões TCP/IP (*Transmission Control Protocol / Internet Protocol*). Esse protocolo trabalha com a utilização de um conjunto de operações. Uma dessas operações possui a seguinte descrição: “Notificação do agente ao gerente, comunicando o acontecimento de um evento predeterminado”. Trata-se da operação:

- A) *Trap*.
- B) *Response*.
- C) *GetRequest*.
- D) *SetRequest*.

## Questão 44

A versão 3 do protocolo SNMP trouxe “a implementação de um modelo de segurança mais seguro”. Sobre o SNMPv3 (*Simple Network Management Protocol version 3*), a Entidade SNMP “corresponde ao que se chamava de agente e gerente SNMP, composto por duas partes: aplicações e *engine*”. Sobre o SNMP *Engine*, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Dispatcher: responsável por enviar e receber mensagens.
- B) Subsistema de segurança: responsável pelo controle de autenticação e privacidade (criptografadas mensagens).
- C) Subsistema de controle de acesso: responsável por determinar se o acesso deve ser liberado, gerando comando para coletar dados ou alterar valores.
- D) Subsistema de processamento de mensagem: responsável por preparar a mensagem para enviar ou extrair dados, conforme os protocolos disponíveis.

## Questão 45

Para a elaboração do PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) 2023-2026, três fases foram importantes: preparação, diagnóstico e planejamento. Cada uma dessas fases foi composta por várias atividades. Sobre as atividades da fase “planejamento”, assinale a afirmativa correta.

- A) Definir metas e ações; planejar ações de pessoal.
- B) Atualizar critérios de priorização; identificar princípios e diretrizes.
- C) Priorizar as necessidades inventariadas; realizar análise SWOT da TIC.
- D) Identificar os fatores críticos de sucesso; aprovar o inventário de necessidades.

## Questão 46

Na elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC, 2022-2024), foram adotados os princípios da Estratégia do Governo Digital (EGD 202022) e, quanto às diretrizes, as elencadas para a Gestão Estratégica, previstas no Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério – PGTI/MCTIC, foram adotadas. Considerando tais diretrizes, assinale a afirmativa correta.

- A) Ter alinhamento entre a proposta orçamentária anual e estratégias/planos de TI e objetivos de negócio do Ministério.
- B) Oferecer uma jornada mais agradável ao cidadão, respondendo às suas expectativas por meio de serviços de alta qualidade.
- C) Atuar de forma proativa na disponibilização de dados e informações e viabilizar o acompanhamento e a participação da sociedade nas diversas etapas dos serviços e das políticas públicas.
- D) Capacitar os profissionais de TI nas melhores práticas e fazer uso racional da força de trabalho e aplicar intensivamente plataformas tecnológicas e serviços compartilhados nas atividades operacionais.

## Questão 47

A Resolução nº 370, de 28 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, “estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)”. Em seu Art. 2º, é mencionado que a “Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário é orientada em seu preâmbulo pelos objetivos dos componentes: objetivos estratégicos, que são: sociedade; aprendizado e crescimento e processos internos”. Trata-se de objetivo estratégico, na perspectiva da sociedade:

- A) Promover a transformação digital.
- B) Aperfeiçoar governança e gestão.
- C) Aprimorar aquisições e contratações.
- D) Buscar a inovação de forma colaborativa.

## Questão 48

A Portaria nº 253, de 18 de novembro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, “institui os critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br”. No Art. 5º, os serviços e as aplicações que estão integrados à plataforma são classificados em 4 tipos de serviços. Assinale o INCORRETO.

- A) Estruturantes.
- B) Integração com sistemas externos.
- C) Responsáveis pelo processamento.
- D) Soluções e aplicações da comunidade externa ao Judiciário.

## Questão 49

O Guia Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário contém procedimentos, recomendações e boas práticas aplicáveis à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). Sabe-se que dois domínios balizam esse guia: governança e gestão, e gerenciamento de serviços de TIC. O domínio de governança e gestão abrange os seguintes temas:

- A) Estruturas organizacionais; riscos.
- B) Cidadania digital; sistemas de informação.
- C) Macroprocessos e pessoas; proteção de dados.
- D) Políticas e planejamento; transformação digital.

## CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

### Questão 50

A Portaria nº 162, de 10 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, “aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)”. O Anexo I da referida Portaria trata do Protocolo – Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário, evidenciando as suas funções básicas. São consideradas algumas dessas funções, EXCETO:

- A) Priorizar.
- B) Proteger.
- C) Detectar.
- D) Responder.

### ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

## PROVA DISCURSIVA

### ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) questão discursiva sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
<b>(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS</b>	<b>21 pontos</b>
<b>ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO</b>	
Neste critério serão avaliados: pertinência e exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
<b>(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS</b>	<b>9 pontos</b>
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação	
<b>OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:</b>	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

A **TechMA** está passando por uma transformação digital. Em determinado momento de sua jornada, percebe que pode ganhar mais agilidade em seus processos e decide adotar a governança de TI para alcançar tal objetivo.

Considerando o contexto da **TechMA**, considere os aspectos a seguir relacionados:

- A) Explique a importância da governança de TI para organizações como a **TechMA** durante uma transformação digital. Como a governança de TI pode ajudar a empresa a gerenciar melhor seus processos e recursos tecnológicos?
- B) Aborde o papel do ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*) no contexto da governança de TI. Descreva os principais benefícios que o ITIL pode proporcionar à **TechMA** e como ele pode ser implementado para melhorar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços de TI.
- C) Discuta a relevância do COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*) na governança de TI da **TechMA**. Quais são os objetivos principais do COBIT e como ele pode auxiliar a empresa na definição de controles e na gestão de riscos durante sua transformação digital?
- D) Como a **TechMA** poderia integrar os princípios e práticas do ITIL e do COBIT em sua estratégia de governança de TI para garantir que alcance seus objetivos de agilidade e eficiência durante a transformação digital?

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.